

APRENDIZAGEM MÓVEL NO BRASIL

GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

FERNANDA R. ROSA | GUSTAVO S. AZENHA

COLUMBIA UNIVERSITY
Center for Brazilian Studies

REALIZAÇÃO:

COLUMBIA UNIVERSITY
Center for Brazilian Studies

APOIO:

QUALCOMM®

Coordenação Executiva e Técnica: Gustavo S. Azenha e Fernanda R. Rosa
Pesquisa de Campo: IBOPE Dados e Centro de Estudos Brasileiros | Fernanda R. Rosa
Autores: Fernanda R. Rosa e Gustavo S. Azenha
Revisão: Espiral Consultoria Linguística | Renata Quirino
Edição do sumário executivo: Ana Godoy
Projeto Gráfico: Zinnerama | Fellipe Rocha
Editoração: Zinnerama | Fabiana Pereira
Ilustrações: Zinnerama | Victor Beuren
Fotografias das Escolas e Secretarias de Educação: Fernanda R. Rosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

R788a

Rosa, Fernanda R.

Aprendizagem móvel no Brasil: gestão e implementação das políticas atuais e perspectivas futuras /Fernanda R. Rosa; Gustavo S. Azenha. – São Paulo: Zinnerama, 2015.

435 p. ; 21 cm

ISBN

1. Aprendizagem Móvel. 2. TIC. 3. Educação. I. Azenha. S. Gustavo. II. Título.

CDD –371.35

creative commons

Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional

Você tem o direito de:

Compartilhar: copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar: remixar, transformar e criar a partir do material.

O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

De acordo com os seguintes termos:

Atribuição: Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

Não comercial: Você não pode usar o material para fins comerciais.

Sem restrições adicionais: Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.

http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/

BY NC



INTRODUÇÃO

Após quase três décadas de políticas de tecnologia na educação no Brasil e duas décadas da emergência da internet no mundo, para entender o contexto e a trajetória das tecnologias digitais na educação brasileira, três questões ainda se oferecem para serem respondidas.

1. Deve o uso das tecnologias digitais ser, de fato, difundido no ambiente escolar?

Esta é uma pergunta que se ouve com alguma frequência e que traz consigo a percepção implícita de que há a possibilidade de manter a escola à parte das tecnologias nos dias atuais. Porém, isso não é mais possível. Estudos mostram que grande parte dos alunos e dos professores de escolas urbanas brasileiras já têm acesso à internet e fazem uso da rede dentro e fora das escolas. As escolas também estão cada vez mais equipadas, ainda que os usos, como veremos, sejam limitados.

Em resposta a esta pergunta, além da difusão de pesquisas que têm sido realizadas para avaliar os métodos de uso das tecnologias digitais de maior efetividade como meio à aprendizagem, uma discussão extensa vê o uso das tecnologias como propulsor de importantes habilidades cognitivas relacionadas ao pensamento crítico e ao letramento informacional. Tal discussão também anuncia o

efeito positivo do uso das tecnologias no combate à desigualdade, a qual tende a se intensificar no sistema educacional caso os sujeitos das escolas públicas não se apropriem das ferramentas digitais.

2. De que maneiras as tecnologias digitais podem contribuir para a aprendizagem?

Esta é um desdobramento da questão anterior e é também comum no campo da Educação atualmente. Entre os que fazem essa pergunta, nota-se maior intenção de integrar as tecnologias às práticas pedagógicas; porém, na resposta, prepondera uma visão de que as tecnologias devem se adequar às práticas pedagógicas já estabelecidas, a fim de torna-las mais engajadoras e, assim, mais efetivas.

Argumentos contrários a essa perspectiva defendem as grandes possibilidades voltadas à autonomia e a habilidades ainda pouco exploradas nas escolas, e que as tecnologias digitais permitem alcançar, mas que podem ser subaproveitadas se forem moldadas aos padrões de ensino-aprendizagem atuais.

3. Como repensar os processos de ensino-aprendizagem a partir das tecnologias digitais?

Esta é uma questão emergente, mas também mobilizadora no debate. Ela resulta da percepção de que a revolução tecnológica tem alterado diversas dimensões sociais, tornando as tecnologias digitais parte do próprio tecido social. Por um lado, indústrias, sistemas financeiros e outros setores têm sido transformados, alterando a noção de tempo dos indivíduos para ter acesso a produtos ou serviços. Por outro, novas práticas profissionais, como o atendimento médico a distância mediado por tecnologia, assim como novas práticas sociais, como a digitalização da memória em formato de fotos e arquivos, onde os dispositivos digitais tornam-se uma continuidade das capacidades humanas, têm tornado cada vez mais tênue a linha que separa o ser humano das máquinas na sociedade atual. Nesse contexto, as perguntas que surgem são: 1. Porque as tecnologias não podem auxiliar a repensar a Educação se outras

áreas têm se transformado ao apropriar-se de seus benefícios? e 2. Como não repensar a Educação frente à intensa demanda por melhora na sua qualidade?

Essas três perguntas abordam discussões centrais que convivem no universo de atores da educação básica no Brasil, sejam eles gestores públicos, educadores, especialistas de organizações sociais e empreendedores da área. Fazemos coro à última delas e buscamos, aqui, contribuir com um olhar sobre políticas públicas que possam responder a ela.

***

Assumimos que o desenho da política tem fundamental impacto no seu desempenho.

Propondo um olhar para a aprendizagem móvel (*mobile learning*) como política pública, a pesquisa busca entender como tem se desenvolvido a gestão dessas ações em nível municipal e estadual, bem como o papel do governo federal, que, com certos arranjos institucionais, impacta nas tomadas de decisão de estados e municípios. Além disso, buscamos elucidar os caminhos percorridos por tomadores de decisão para formulação desta agenda em suas redes de ensino e os dilemas enfrentados quando da implementação da política, em cenários normalmente adversos.

Com implementadores das áreas pedagógica, de infraestrutura e de tecnologia educacional das secretarias, buscamos entender os gargalos encontrados e as soluções desenvolvidas durante a etapa de implementação em temas de 1) infraestrutura, 2) provimento de conteúdo digital e 3) formação de professores em serviço. Observamos de que forma a política que foi formulada impacta nas dificuldades que serão enfrentadas na implementação. Com isso, identificamos padrões que podem ser previstos antes da execução, evitando futuros resultados aquém do esperado.

Investigamos, também, as percepções de professores frente às políticas implementadas. Se, de acordo com a literatura, sabemos que estes atores possuem alta autonomia na escola e na sala de

aula, com o padrão não-guiado de implementação de tecnologias digitais das secretarias de educação, ou seja, sem determinação de conteúdo e tempo para utilização das TIC, a implementação é dependente das ações individuais dos educadores, e é bastante heterogênea, embora apresente boas práticas pontuais em todas as regiões do país.

Buscamos entender o que é 'resistência' do professor – um mantra repetido por quase todos os atores que atuam com políticas de TIC na educação –, e refletimos em termos de um significado menos psicológico, e mais do ponto de vista da política pública. Criamos uma segmentação qualitativa de professores, a qual pode contribuir para ações de formação mais dirigidas aos diferentes perfis de educadores que convivem atualmente nas unidades escolares.

O monitoramento e a avaliação das políticas públicas também são abordados neste estudo. Buscamos mostrar a necessidade de ampliar o foco no planejamento e incluir, desde o seu início, etapas de diagnóstico, sistematização de resultados e correção de trajetória das políticas, sempre que necessário. Adicionalmente, apontamos áreas de abordagem para futuras ações de monitoramento e avaliação em políticas de aprendizagem móvel implantadas.

Concluímos com um foco no futuro, trazendo recomendações que emergem da pesquisa para ações na área, com a expectativa de contribuir, assim, para a construção de políticas públicas de



aprendizagem móvel que reflitam a interação indispensável dos pilares: infraestrutura, conteúdo digital e formação de professores. Para isso, enfocamos os diferentes níveis de complementariedade, de coordenação e de planejamento de longo prazo, necessários entre os níveis de gestão federal, estadual e municipal, tendo em conta a referência fundamental tanto da realidade encontrada nas escolas hoje, como da perspectiva de futuro da sociedade, que a grande dinamicidade de inovações tecnológicas possibilita. Acreditamos serem estes aspectos fundamentais para a criação de políticas públicas ainda mais efetivas que fortaleçam e inovem a educação no Brasil.





Realização:

COLUMBIA UNIVERSITY
Center for Brazilian Studies

Apoio:

QUALCOMM